



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ATA Nº. 18/2015

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESTA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA EM CINCO DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E QUINZE:-----

-----Aos cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze, pelas quinze horas, nesta Vila de Mortágua e no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu o Executivo deste Órgão, conforme o disposto no artigo 40º. da Lei número 75/2013, de doze de setembro, em reunião ordinária sob a presidência do Eng.º José Júlio Henriques Norte, Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, eleito pelo PPD/PSD e com a presença dos Senhores Vereadores:-----

-----Eleitos pelo PPD/PSD: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira e Dr.ª Emília Maria Almeida Santos Neves de Matos.-----

-----Eleitos pelo PS: Dr. João Pedro de Almeida e Sousa Rodrigues da Fonseca e Dr.ª Márcia Maria dos Santos Lopes.-----

-----Os Senhores Vereadores Eng.º. Serafim Paulo Melo de Oliveira, eleito pelo PPD/PSD e Dr. Acácio Fonseca Fernandes, eleito pelo PS não estiveram presentes por se encontrarem em período de gozo de férias.-----

-----A presente reunião foi, conforme despacho nº. 3/2013, de 25 outubro, secretariada pela Coordenadora Técnica Rosa Maria Ferreira Breda em substituição do Chefe de Divisão de Administração Geral e Finanças, Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques devido ao facto deste se encontrar em período de gozo de férias.-----

-----Depois de declarada pelo Senhor Presidente aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações:-----

1.-APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:-----

-----Tendo sido previamente distribuído por todos os membros de executivo o texto da ata da reunião ordinária realizada a 15 de julho de 2015, aprovada por unanimidade em minuta e



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

dispensada a sua leitura, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la.-----

2.-INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE:-----

-----O Senhor Presidente, nos termos do artº. 34.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, deu conhecimento das decisões tomadas no uso das competências que lhe foram delegadas e das subdelegadas nos Vereadores.-----

-----Mais informou que foi publicado no Diário da República II Série, nº. 147, de 30 de julho, pelo Aviso 8334/2015, o Projeto de Regulamento de Utilização dos Equipamentos Desportivos Municipais encontrando-se assim em período de consulta pública para participação dos interessados pelo período de 30 dias úteis a contar da daquele publicação.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

3.-RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente para conhecimento o Resumo Diário da Tesouraria número 146, referente ao dia 4 do corrente mês, que depois de rubricado se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado na tesouraria em pasta própria.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.-EXPEDIENTE:-----

4.1.-INSTITUTO DA MOBILIDADE E DOS TRANSPORTES, IP:-----

-----Foi presente o ofício refº. 047200095763742, de 17 de julho findo, do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP através do qual dá conhecimento que a Lei nº. 34/2015, de 27 de abril, que aprova o novo Estatuto das Estradas de Portugal da Rede Rodoviária Nacional, entrará em vigor a 26 de julho.-----

-----O Novo Estatuto estabelece as regras que visam a proteção da estrada e sua zona envolvente, fixa condições de segurança e circulação dos seus utilizadores bem como as de exercício das atividades relacionadas com a sua gestão, exploração e conservação, estabelecendo igualmente o regime jurídico dos bens que integram o domínio público



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

rodoviário do Estado e o regime sancionatório aplicável aos comportamentos ou atividades de terceiros que sejam lesivos desses bens.-----

-----As suas disposições aplicam-se às estradas que integram a rede rodoviária nacional e também às estradas regionais, estradas nacionais desclassificadas ainda não entregues aos municípios, e ligações à rede rodoviária nacional.-----

-----O novo Estatuto atribui à Infraestruturas de Portugal, S.A., à data de publicação ainda EP-Estradas de Portugal, SA a competência de Administração Rodoviária.-----

-----Consequentemente, com entrada em vigor da referida Lei nº.34/2015, todos os pedidos de parecer ou de licenciamento que nos termos do Estatuto ou de outra legislação sejam necessários para o desenvolvimento de atividades ou utilização das zonas de servidão ou de proteção à estrada, em particular edificações ou modelações de terreno, devem ser dirigidos à Infraestruturas de Portugal, S.A. a quem caberá a emissão dos respetivos pareceres e licenças, coordenando, se necessário, a consulta a outras Entidades com jurisdição sobre a Rede Rodoviária Nacional.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.2.-ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES:-----

-----Foi presente a circular referência 67/2015–LR, de 16 de julho findo, da Associação Nacional de Municípios Portugueses informando que, considerando que se encontra a decorrer o período crítico de incêndios florestais, (de acordo com a Portaria nº. 180/2015, de 19/06, o período crítico, no âmbito do Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios, vigora de 1 de julho a 30 de setembro), bem como o facto de subsistirem algumas dúvidas ao nível da “competência para o levantamento, instrução e decisão de contraordenações” e da “distribuição do produto das coimas”, na sequência da alteração – operada pelo Decreto-Lei nº. 83/2014, de 23 de maio – ao Decreto-Lei nº. 124/2006, de 28 de junho, que estabelece as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Incêndios, esclarece que de acordo com a sua circular referência 66/2014, de 27 de maio:-----

----- Na nova redação do DL nº. 124/2006, para além das Câmaras Municipais, passam a ser entidades competentes para a instrução dos processos de contraordenação – por infrações, p.ex no âmbito das redes secundárias de faixas de gestão de combustível – as seguintes entidades: GNR; PSP; Polícia Marítima; ICNF; ANPC e Vigilantes da Natureza.-----

-----Neste âmbito passa a competir ao secretário – geral do Ministério da Administração Interna a aplicação das coimas e sanções acessórias, dando conhecimento das mesmas às entidades autuantes.-----

-----Nos casos em que a Câmara Municipal é a entidade autuante e a entidade instrutora do processo, o produto da coima previsto na alínea a), do nº.1, do artigo 4º. do diploma constitui receita própria do respetivo Município.-----

-----Por fim, refere que o disposto nos artigos 40º. e 41º., com a redação dada pelo DL nº.83/2014, de 23 de maio, aplica-se aos procedimentos contraordenacionais que se iniciem a partir da data da sua entrada em vigor, tendo esta ocorrido no dia seguinte ao da sua publicação.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.3.-FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA:-----

-----Foi presente o correio eletrónico recebido a 6 de julho findo da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa a solicitar a melhor atenção para a recolha das assinaturas da iniciativa de Cidadãos para a Proposta de Referendo Nacional sobre o “Acordo Ortográfico” a apresentar à Assembleia da República.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

5.-EDUCAÇÃO E JUVENTUDE:-----

5.1.-JUVENTUDE:-----

5.1.1.-Apoio Natalidade e Famílias – Ratificação de processos:-----

-----Para efeitos de conhecimento e ratificação pelo Senhor Presidente foram presentes os processos de candidatura nº. 27 a 29/2015 para atribuição do Incentivo à Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua que entrou nos serviços e que deferiu nos termos do nº.1 do artigo 6º. do Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua.-----

-----A Câmara por unanimidade ratificou a decisão tomada pelo Senhor Presidente.-----

6.-CULTURA DESPORTO E TEMPOS LIVRES:-----

6.1.1.-ASSOCIATIVISMO- Regulamento Municipal Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras:-----

6.1.1.1.-União Cultural Recreativo e Desportiva de Vila Gosendo – Apoio a atividades (Concurso Pesca Desportiva e Torneio de Futsal):-----

-----Pelo Senhor Presidente foram presentes as carta datadas de 2 e 27 de julho findo da União Cultural, Recreativa e Desportiva de Vila Gosendo, informando que vai organizar respetivamente as seguintes atividades:-----

----- O 18º. Concurso de Pesca Desportivo, a realizar a 19 de julho, na zona da Praia Fluvial, a pedido de muitos participantes que consideram aquela zona excelente para o efeito.-----

-----O habitual Torneio de Futebol de Salão, com inscrição gratuita e que visa somente a prática desportiva e o convívio entre os jovens do nosso Concelho, estando representadas várias Associações.-----

-----Assim, e considerando que aqueles atividades encontram-se inscritas no seu plano de atividades solicita o apoio financeiro do Município para fazer face às despesas inerentes às mesmas.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Por informação da contabilidade existem fundo disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins lucrativos*, com um saldo de cento e sessenta e cinco mil e duzentos euros e quarenta e quatro centimos (165.200,44 €) e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 02 Cultura Desporto e Tempos Livres, no projeto 2015/5027– *Atividades Culturais Desportivas e Recreativas* com um saldo seis mil quinhentos e treze euros e onze centimos (6.513,11 €) de devendo os serviços de contabilidade proceder ao lançamento do respetivo compromisso.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade atribuir o subsídio de trezentos euros (300,00 €) para apoio às duas atividades.-----

-----Considerando que o valor do subsídio não é superior a mil euros (1.000,00 €) não está obrigado às formalidades do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, conforme dispõe o seu artigo 2º.-----

7.-HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO:-----

7.1.-BAIRRO DE HABITAÇÃO SOCIAL DA GANDARADA:-----

7.1.1.-Proposta de atribuição um fogo Tipologia T2 para Realojamento de Família Monoparental:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a informação da Técnica dos Serviços Sociais do Município em que, de acordo com os pressupostos daquela informação que fica arquivado no respetivo processo, propõe a atribuição de um fogo (tipologia T2) no Bairro de Habitação Social da Gandarada para realojamento da agregado familiar monoparental de Olga de Oliveira Breda e dos seus dois filhos (um rapaz menor de 11 anos e uma adolescente de 18 anos), considerando que a situação daquele agregado familiar se enquadra no nº.1 do artigo 14º. da Lei nº. 81/2014, de 19 de dezembro.-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto deliberou por unanimidade aprovar a atribuição do fogo para realojamento do agregado familiar de Olga de Oliveira Breda, face ao teor da



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

informação da Técnica dos Serviços Sociais do Município e por se verificarem os pressupostos legais.-----

8.-PROTEÇÃO CIVIL:-----

8.1.-PROTEÇÃO E VALORIZAÇÃO DA MANCHA FLORESTAL:-----

8.1.1.-Associação de Produtores Florestais – Apoio Sapadores:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício referência 01507JS136, de 21 de julho findo, da Associação de Produtores Florestais informando que este ano, no âmbito da Defesa da Floresta Contra Incêndios, dispõe de 2 equipas de 1ª. intervenção integradas no Dispositivo Municipal .-----

-----A habitual equipa de Sapadores Florestais, que durante todo o período crítico definido por Lei, estará no terreno em alerta permanente sete (7) dias por semana; e a equipa AFOCELCA que este ano lhe foi atribuída e contratada por setenta e sete (77) dias (13 de julho a 27 de setembro) e que se encontra estacionada na zona norte do Concelho (no alto do Moinho do Pisco).-----

-----Relativamente à equipa AFOCELC, não lhes oferece dificuldades de maior, atendendo ao protocolo/contrato estabelecido e que subvenciona a sua atividade. O mesmo não acontece com as despesas de funcionamento da equipa de Sapadores Florestais dado o constante incumprimento do ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas/Fundo Florestal Permanente, na transferência dos apoios financeiros que foram reduzidos para metade, não havendo no momento previsões de pagamento dos montantes das candidaturas de 2014 e 2015.-----

-----Considerando que à semelhança de anos anteriores, este período representa maiores dificuldades para a APFM, porque há necessariamente um aumento de custos devido à contratação de pessoal para reforçar a equipa de Sapadores Florestais afeta à Defesa da Floresta Contra Incêndios e por outro lado há uma quebra abrupta na faturação, pelo facto de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

suspenderem os trabalhos silvícolas.-----

-----Assim, com a campanha da vigilância já a decorrer e como a Administração Central tem os pagamentos muito atrasados solicita a atribuição de um apoio financeiro para o funcionamento da Equipa de Sapadores Florestais e manutenção da respetiva viatura e Kit de 1ª. intervenção.-

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para a assunção do compromisso, a despesa tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins lucrativos*, com um saldo de cento e sessenta mil e duzentos euros e quarenta e quatro centimos (165.200,44 €) e encontra-se inscrito nas Opções do Plano no objetivo 07 – Proteção Civil, projeto 2015/5047 - Associação de Produtores Florestais – Apoio Sapadores, com um saldo oito mil euros (8.000,00 €).-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto, e considerando que a área do pedido da Associação é de manifesto interesse público e se enquadra na alínea e), do nº.1, do artº. 3º. do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, deliberou por unanimidade atribuir um subsídio no montante de oito mil euros (8.000,00 €), para apoio ao funcionamento da equipa de Sapadores Florestais integrada no Dispositivo Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios, mediante a celebração de Protocolo previsto no artigo 4º. daquele Regulamento.-----

9.-DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO:-----

9.1.-DESENVOLVIMENTO DO TURISMO – Turismo, Desporto e Natureza:-----

9.1.1.-Festa da Juventude/Feira das Associações – Jantar a Oferecer a Entidades Oficiais:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a proposta do Senhor Vereador Dr. Paulo Alexandre de Oliveira e que se transcreve na íntegra:-----

-----“Conforme programa da Festa da Juventude/Feira das Associações, no dia 11 de Agosto será inaugurado o monumento de Homenagem aos Nossos Emigrantes, com a presença do



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Exm^o. Senhor Secretário de Estado das comunidades Portuguesas, Dr. José Cesário.-----

-----Assim, considerando a importância regional da Festa da Juventude /Feira das Associações, pretende o Município convidar o executivo municipal, os Presidentes de Câmara da CIM Região de Coimbra, Presidentes de Câmara vizinhas e outras entidades oficiais para partilharem com a população de Mortágua o ambiente de festa vivido durante as tasquinhas.-----

-----Assim, considerando o espírito que preside esta festa, será servido um jantar, composto por iguarias e pratos tradicionais, servidos pelas nossas associações.-----

-----Neste sentido, propõe-se um apoio às associações que assegurarão o serviço de jantar aos convidados, em montante correspondente às despesas efetuadas, que não deverão exceder os seguintes valores.-----

<i>Associação</i>	<i>Montante em €</i>
<i>Associação Beira Aguireira de Apoio ao Deficiente Visual</i>	<i>70,00 €</i>
<i>Associação Cultural e Desportiva de Vale de Paredes</i>	<i>100,00 €</i>
<i>Rancho Folclórico Etnográfico de Vale de Ações</i>	<i>300,00 €</i>
<i>Rancho Folclórico os Camponeses do Freixo</i>	<i>350,00 €</i>
<i>Coral Juvenil Silvia Marques</i>	<i>100,00 €</i>
<i>Centro Social Cultural e Recreativo do Chão Miúdo</i>	<i>60,00 €</i>
<i>Orfeão Polifónico de Mortágua</i>	<i>60,00 €</i>

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta.

-----Por informação da contabilidade existem fundo disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 06020305 – Outras despesas, com um saldo de trezentos e cinquenta e dois mil duzentos e oitenta e seis euros e oitenta e nove euros (352.286,€) e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 08



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Desenvolvimento Económico, no projeto 2015/5050 – TURISMO DESPORTO E NATUREZA Ação 2 - Festa da Juventude/Associações com um saldo de onze mil cento e quarenta e sete euros e nove cêntimos (11.147,09€), devendo os serviços de contabilidade proceder ao lançamento do respetivo compromisso.-----

9.2.-APOIO E PROMOÇÃO DA INICIATIVA EMPRESARIAL:-----

9.2.1.-Ninho de Empresas de Mortágua – Candidatura da FlameArt – Equipamentos Térmicos, Lda. :-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente, depois de verificada a sua conformidade prevista no Regulamento do Ninho, a informação de avaliação efetuada à candidatura, apresentada ao acesso e instalação no Ninho de Empresas de Mortágua do Processo de candidatura 20/06/15 apresentada por FlameArt – Equipamentos Térmicos, Lda.-----

-----De acordo com a informação da técnica adstrita ao GDE constata-se que:-----

-----A candidatura desenvolvimento do Departamento de Engenharia da FlameArt, Lda. com vista ao fabrico e conceção de novos equipamentos de queima a lenha para aquecimento central e por ar quente.-----

----- Segundo a empresa, as razões de candidatura ao Ninho de Empresas prendem-se com a necessidade de encontrar um espaço menos “ruidoso” do que os espaços disponíveis nas suas instalações fabris, mais isolado e adequado às necessidades e requisitos dum grupo de estudo. -

-----O investimento previsto para os primeiros 4 anos será de cerca de cinquenta mil euros (50.000,00€), basicamente incidindo na aquisição de equipamento de laboratório e na criação de 2 postos de trabalho qualificados (licenciatura/mestrado em engenharia).-----

----- A candidatura apresentada não se enquadra dentro do espírito/missão do Ninho de Empresas de apoio à criação e arranque de empresas e dos critérios prioritários de acesso a este equipamento previstos no Regulamento em vigor, uma vez que não se trata de um novo projeto empresarial, mas apenas da criação de um novo departamento de uma empresa já



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

existente, com sede no Concelho de Mortágua, e que se encontra em pleno funcionamento em instalações próprias.-----

-----Pelo exposto, analisando a candidatura à luz do atual Regulamento de Acesso e Permanência no Ninho de Empresas, e não se encontrando a criação de qualquer nova ideia de negócio/projeto empresarial a partir do gabinete de estudo proposto, verificando-se a inexistência de qualquer parceria identificada com Entidades do Ensino Superior ou Laboratório Científicos do Ramo de investigação em causa e encontrando-se a empresa em pleno funcionamento em instalações próprias, o seu parecer não é favorável à instalação no Ninho de Empresas.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade indeferir a candidatura considerando o teor da informação da Técnica do GDE, devendo notificar-se o requerente para se pronunciar nos termos do Código do Procedimento Administrativo, caso entenda, sobre o teor da presente deliberação.-----

9.3.-EXPANSÃO DA ZONA INDUSTRIAL:-----

9.3.1.-Aquisição de terrenos:-----

-----O Senhor Presidente informou que:-----

-----Em reunião de Câmara de 2 de abril de 2014 a Câmara Municipal concedeu poderes ao Presidente da Câmara para desenvolver as diligências necessárias com vista à aquisição das parcelas de terreno necessárias à execução das obras de ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, conforme Plano de Pormenor aprovado na sessão ordinária de 30 de dezembro de 2010 da Assembleia Municipal de Mortágua e tornado público pelo Aviso 4620/2011, publicado no Diário da República 2ª. Série, nº. 32, de 15 de fevereiro.-----

-----Para possibilitar a obra de ampliação será necessário adquirir a:-----

-----Eng. Isabel Maria Monteiro Dante, residente em Rua de Birre, 346, Birre 27450 – 217 Cascais, com o NIF 702930040 a parcela 2, com a área de 5.891 metros quadrados, situada



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

em Lameiro, na União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, Concelho de Mortágua, correspondente ao prédio rústico inscrito na matriz predial sob o artigo 8359º e descrita na Conservatória do Registo Predial com o nº. 3322, as confrontações: Norte – Alexandre Cancela de Abreu; Sul – Alexandre Cancela de Abreu; Nascente–Alexandre Cancela de Abreu; poente Alexandre Cancela de Abreu.-----

----- Dr. Manuel José de Almeida e Sousa Rodrigues da Fonseca, com o NIF 174488521, residente na Rua Dr. Orlando de Carvalho, nº.45 , Quinta da Romeira, 3030 – 781 Coimbra, a parcela 3, com a área de oito mil quatrocentos e cinquenta (8.450) metros quadrados, situada em Lameiro, na União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, Concelho de Mortágua, correspondente ao prédio rústico inscrito na matriz predial sob o artº. 8362 e descrita na Conservatória do Registo Predial com o nº. 4555, as confrontações: Norte– Duarte Ferreira Rosa; Sul – Alexandre Cancela de Abreu; Nascente –Alexandre Cancela de Abreu; poente Alexandre Cancela de Abreu-----

-----Tendo em vista a sua aquisição por via do direito privado que constitui a fase pré-expropriativa conforme se estabelece no artigo 11º. do Código das Expropriações foi elaborado Relatório de Avaliação por Perito da Lista Oficial do Tribunal da Relação de Coimbra, aprovado em Reunião de Câmara de 5 de novembro de 2014, constante no respetivo processo, que estabeleceu o valor de um euro e cinquenta cêntimos (1,50 €), por metro quadrado.-----

-----Através dos ofícios referência 202 e 200, de 29 de janeiro de 2015 foi proposto a aquisição das parcelas 2 e 3 aos proprietários acima identificados por via do direito privado em conformidade com o disposto no artigo 11º. do Código das Expropriações aprovado pelo Decreto- Lei nº. 168/99, de 18 de setembro e em conformidade com o Perito da Oficial e que se dá aqui por integralmente reproduzido.-----

-----Assim vieram estes responder, passado o prazo mencionado nos referidos ofícios (20 dias



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

úteis após a recção) através de cartas datadas respetivamente de 20 e 30 de julho findo, manifestar a sua disponibilidade para a venda dos terrenos pelo valor de três euros (3,00€) o metro quadrado considerando que é do conhecimento público que os terrenos confinantes foram adquiridos por esse valor, sendo os terrenos idênticos em termos de localização e qualidade do solo.-----

-----A Câmara considerando que a aquisição é por via do direito privado deliberou por unanimidade considerar as respostas apresentadas.-----

-----Mais deliberou por unanimidade, face ao valor das contrapropostas e o valor metro quadrado pago aos terrenos confinantes destinados ao mesmo fim, solicitar novo Relatório de Avaliação dos terrenos abrangidos pelo Plano de Pormenor ao Perito da Lista Oficial de Tribunal da Relação de Coimbra, Engº. Luis Pedro Barbosa Antunes, residente na Rua António Gonçalves, nº. 65, 1º. F, 3040 – 375 Coimbra.-----

----- De acordo com o preceituado no nº.4 do artigo 31º. do CPA o Senhor Vereador Dr. João Pedro de Almeida e Sousa Rodrigues da Fonseca não participou na apreciação e votação ponto porquanto o seu irmão é parte interessada no mesmo.-----

9.3.2.-Pedido de manifestação de interesse para aquisição de lote terreno da empresa Mármore Central de Vale de Açores e transmissão de lote:-----

-----Este ponto foi retirado da presente reunião.-----

9.3.3. Pedido de manifestação de interesse para aquisição de dois lotes terreno da empresa Endiprev. Lda. :-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta datada de 17 de julho findo, da empresa Endiprev, Lda. com sede na Rua Principal, nº.11, Falgaroso da Serra, Mortágua, com o número de identificação fiscal 509005748, representada pelos seus sócios gerentes Gil Alexandre dos Reis Mortágua e André Matos Pereira, através da qual vem manifestar o seu interesse na aquisição de dois lotes de terreno, em sítio da Zona Industrial de Mortágua.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade manifestar a disponibilidade na cedência do terreno pretendido na futura ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, logo que estejam reunidas as condições para o efeito.-----

10.-COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES:-----

10.1.-CANDIDATURA AO PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO CENTRO – Beneficiação Ligações Intermunicipais Mortágua – Concelhos de Tondela, Águeda e Anadia:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício referência maiscentro 1302/15, de 16 de julho findo, do Programa Operacional Regional do Centro – mais CENTRO, informando que a Comissão Diretiva daquele Programa Operacional deliberou em 10/07/2015, admitir a candidatura do projeto de financiamento da Beneficiação Ligações Intermunicipais Mortágua – Concelhos de Tondela, Águeda e Anadia tendo por base a argumentação apresentada nos termos dos artigos 121º. e seguintes do CPA.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

11.-DEFESA DO MEIO AMBIENTE:-----

11.1. PROJETO PARA A REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA RIBEIRA DA FRAGA – Criação de percurso pedestre entre Barril e Parque Verde:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o Programa Base para a elaboração do projeto de execução acima referido acompanhado da informação do Chefe de Divisão de Conservação do Território e Serviços Urbanos, datada de 4 de agosto corrente, sobre o assunto em epígrafe e através da qual informa que: -----

-----“ O Programa Base para a elaboração do projeto de execução da “Requalificação e Valorização da Ribeira da Fraga – Criação de Percorso Pedestre entre o Barril e Parque Verde”, adjudicado à Firma PB Arq, encontra-se de acordo com o pretendido no caderno de encargos elaborado pela CMM, pelo que poderá ser aprovado e notificado o adjudicatário para



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

a elaboração das restantes fases até à entrega do projeto de execução nos prazos descritos na proposta adjudicada.-----

-----A estimativa orçamental para a obra (expropriações necessárias incluídas) é de 422.993,00 euros.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar o Programa Base do projeto de execução da “Requalificação e Valorização da Ribeira da Fraga – Criação de Percorso Pedestre entre o Barril e Parque Verde”.-----

12.-ADMINISTRAÇÃO:-----

12.1.-RELATÓRIO DO ZONAMENTO MUNICIPAL DO IMI:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o Relatório do Zonamento Municipal do IMI acompanhado da informação do Chefe de Divisão de Conservação do Território e Serviços Urbanos datada de 4 de agosto corrente, em que informa:-----

-----“ Na qualidade de interlocutor entre a CMM e o perito local do Serviço de Finanças, que foi entregue nova proposta de zonamento dos coeficientes de localização a que se refere o artigo 42º. do CIMI.-----

-----Basicamente a alteração sofrida entre o anterior zonamento dos coeficientes de localização e o agora apresentado , é de uma diminuição de 10%, em consonância com o decréscimo dos valores imobiliários dos prédios urbanos nos últimos 5 anos.-----

-----Na prática o valor destes prédios serão avaliados, em regra, 10% abaixo do valor que têm atualmente.-----

-----Entendo que a CMM poderá dar parecer favorável à nova proposta de zonamento dos coeficientes de localização, apresentada pelo perito local”.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à proposta de zonamento dos coeficientes de localização a que se refere o artigo 42º. do IMI.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

12.2.-EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A FESTA DA XXV JUVENTUDE/XVI FEIRA DAS ASSOCIAÇÕES (BANDAS, SOM E PALCO), COM MALPAGENCY, LD^a.:-----

-----No seguimento da deliberação tomada na reunião de Câmara de 15 de julho findo em que emitiu parecer prévio favorável para a celebração do contrato de prestações de serviços com MALPAGENCY- Festa da Juventude 2015, condicionado à apresentação de demonstração cabal e inequívoca da impossibilidade do cumprimento da redução remuneratória prevista e artigo 75º da Lei 82-B/2014, de 31 de dezembro, pelo Senhor Presidente foi presente declaração, datada de 13/07/2015, da MALPAGENCY, Ld^a. e que se transcreve:-----

----- “Pelo presente vimos declarar o seguinte:-----

-----Nos termos da cláusula 10ª. do caderno de encargos do procedimento para a contratação de bandas, aluguer de palco, som e iluminação da Festa da Juventude 2015, a presente contratação está sujeita a redução remuneratória a que se refere a Lei 75/2014, de 12 de setembro.-----

-----Dado o tipo de serviço a prestar, nomeadamente na contratação dos artistas a nossa margem de lucro é quase nula. Tendo em consideração o valor da proposta a redução remuneratória seria de 10%, ou seja 7.500,00 €, o que seria superior à margem de lucro.-----

-----Não será possível proceder a qualquer redução sob pena de não podermos executar os serviços.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto deliberou por maioria, com quatro votos favor, sendo três do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores eleitos pelo PPD/PSD e um do Senhor Vereador eleito pelo PS, e uma abstenção da Senhora Vereadora Dr^a. Márcia Maria dos Santos Lopes, eleita pelo PS, aprovar a emissão de parecer prévio vinculativo considerando a declaração da empresa MALPAGENCY, Ld^a. sobre o cumprimento da



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

redução remuneratória.-----

12.3.-PROJETO DE REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DA TARIFA SOCIAL E TARIFA FAMILIAR (água e saneamento):-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Considerando que:-----

-----A Câmara Municipal aprovou na reunião realizada em 15/02/2015 submeter a discussão pública nos termos do Código do Procedimento Administrativo, o Projeto de Regulamento de Atribuição da Tarifa Social e Tarifa Familiar (água, saneamento e resíduos sólidos).-----

-----A discussão pública consiste na recolha de observações e sugestões de todos os interessados sobre o projeto, com vista à respetiva ponderação e elaboração da versão final.-----

-----No âmbito da consulta pública, o aviso de abertura do período de apreciação pública foi publicado no Diário da República 2ª. Série, nº. 80, de 24 de abril de 2015, sob a forma de Aviso nº.4462/2015, sendo que a publicitação deste período foi efetuada igualmente no Jornal Defesa da Beira de 01/05/2015, no sítio da internet do Município de Mortágua, para além de afixação de editais nos lugares de estilo.-----

-----Os documentos constituintes do Projeto de Regulamento Municipal “de Atribuição da Tarifa Social e Tarifa Familiar (água, saneamento e resíduos sólidos)” estiveram durante o período de apreciação pública, que decorreu de 27 de abril a 8 de junho (30 dias úteis após a sua publicação no Diário da República, conforme dispõe o CPA), à disposição do público em geral nos Serviços Administrativos da Divisão de Administração Geral e Finanças da Câmara Municipal de Mortágua.-----

-----Durante o período de apreciação pública não foram apresentadas quaisquer reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimentos, podendo assim dar-se seguimento ao processo conforme o disposto nas alíneas b) e g) do nº.1 do artº. 25º. da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Assim, temos a honra de propor à Câmara Municipal de Mortágua que delibere aprovar o Projeto de Regulamento Municipal de Atribuição da Tarifa Social e Tarifa Familiar (água, saneamento e resíduos sólidos) em anexo que foi elaborado ao abrigo do artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alínea h) do n.º 2 do artigo 23.º, conjugados com as disposições das alíneas a) e g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei atrás mencionada e para efeitos de ulterior aprovação pela assembleia Municipal, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro”.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o Projeto de Regulamento, deliberou por maioria, com três votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores eleitos pelo PPD/PSD, e duas abstenções dos Senhores Vereadores Dr. João Pedro de Almeida e Sousa Rodrigues da Fonseca e Dr.ª. Márcia Maria dos Santos Lopes, eleitos pelo PS, aprová-lo.-----

-----Mais deliberou por unanimidade submetê-lo de acordo com o artigo 33º, n.º 1, alínea k), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, à apreciação e votação da Assembleia Municipal, conforme dispõe a alínea g) do n.º 1 do artigo 25º. do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

12.4.-PROJETO DE REGULAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO DE DISTRIBUIÇÃO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

----- “Considerando que:-----

-----A Câmara Municipal aprovou na reunião realizada em 15/02/2015 submeter a apreciação pública nos termos do Código do Procedimento Administrativo, o Projeto de Regulamento do Serviço Público de Distribuição do Fornecimento de Água.-----

-----A apreciação pública consiste na recolha de observações e sugestões de todos os interessados sobre o projeto, com vista à respetiva ponderação e elaboração da versão final.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----No âmbito da consulta pública, o aviso de abertura do período de apreciação pública foi publicado no Diário da República 2ª. Série, nº. 81, de 27 de abril de 2015, sob a forma de Aviso nº.4531/2015, sendo que a publicitação deste período foi efetuada igualmente no Jornal Defesa da Beira de 01/05/2015, no sítio da internet do Município de Mortágua, para além de afixação de editais nos lugares de estilo.-----

-----Em cumprimento ao disposto na alínea d) do nºs. 4 e 7 do artigo 11º., e nº.4 do artigo 62º. do Decreto Lei nº. 194/2009, de 20 de agosto na sua atual redação ,foi solicitada à ERSAR, através do ofício refª. DAGF/NAG, de 11/05/2015, a emissão de parecer sobre o Projeto de Regulamento no prazo previsto no nº.5 do artº. 11º. do citado diploma legal (prazo improrrogável de 30 dias úteis), não tendo sido rececionado nos serviços qualquer resposta.---

-----Os documentos constituintes do Projeto de Regulamento estiveram durante o período de apreciação pública, que decorreu de 28 de abril a 9 de junho (30 dias úteis após a sua publicação no Diário da República, conforme dispõe o CPA), à disposição do público em geral nos Serviços Administrativos da Divisão de Administração Geral e Finanças da Câmara Municipal de Mortágua.-----

-----Durante o período de discussão pública não foram apresentadas quaisquer reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimentos, podendo assim dar-se seguimento ao processo conforme o disposto nas alíneas b) e g) do nº.1 do artº. 25º. da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----Assim, temos a honra de propor à Câmara Municipal de Mortágua que delibere aprovar o Projeto de Regulamento Municipal em anexo que foi elaborado ao abrigo do nº. 7 do art.º 112º e no art.º 241º, ambos da Constituição da República Portuguesa, na alínea a) do nº. 3 do art.º 21º da Lei nº. 73/2013, de 3 de setembro e no exercício das competências previstas na alínea g) do nº. 1 do art.º 25.º e na alínea k) do nº. 1 do art.º 33º ambos da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, é aprovado, nos termos do art.º 2.º, nº. 2 do Decreto



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Regulamentar n.º 23/95 de 23 de agosto e do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, e para efeitos de ulterior aprovação pela assembleia Municipal, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro”.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o Projeto de Regulamento, deliberou por maioria, com três votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores eleitos pelo PPD/PSD, e duas abstenções dos Senhores Vereadores Dr. João Pedro de Almeida e Sousa Rodrigues da Fonseca e Dr.ª. Márcia Maria dos Santos Lopes, eleitos pelo PS, aprová-lo.-----

-----Mais deliberou por unanimidade submetê-lo de acordo com o artigo 33º, n.º 1, alínea k), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, à apreciação e votação da Assembleia Municipal, conforme dispõe a alínea g) do n.º. 1 do artigo 25º. do Anexo I da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro.-----

12.5.-CESSAÇÃO DO MUNICÍPIO DA COVILHÃ DA QUALIDADE DE ACIONISTA DE WRC – WEB PARA A REGIÃO CENTRO – AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, EIM, SA – INTENÇÃO DE ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL REPRESENTADAS POR AÇÕES DO TIPO B – AUTARQUIAS:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício referência S-CMC/2015/3059, datado de 13 de julho findo, do Município da Covilhã, dando conhecimento da intenção proceder à alienação integral da sua participação financeira na “WRC- Web para a Região Centro - Agência de Desenvolvimento Regional, EIM, S.A.”, referente a três mil (3.000) ações do tipo B – Autarquias, no valor nominal de quinze mil euros (15.000,00 €), (representa 1,10% do capital social), tendo em vista a reorganização do sector empresarial local e na sequência da deliberação da Assembleia Municipal da Covilhã de 15 de maio de 2015.-----

-----Assim, solicita que esta Câmara Municipal manifeste, querendo, o interesse na aquisição da totalidade da referida participação social, conforme o estipulado no n.º. 2 do artigo 6º. do



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Contrato da Sociedade.-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto deliberou, por unanimidade manifestar o não interesse na aquisição do capital social detido pelo Município da Covilhã na “WRC- Web para a Região Centro - Agência de Desenvolvimento Regional, EIM, S.A.”.-----

13.-LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES:-----

13.1-ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS DO PROCº. Nº. 01/2015/75 – ALTERAÇÕES DE OFICINA DE REPARAÇÃO AUTOMÓVEL (alínea b), nº.1, artº.29º. RMUET):-----

-----Foi presente o requerimento de Rosa Maria Barbosa Gaspar de Oliveira e Outros, com sede na Rua da Gandarada, registado sob o nº. 449/2015, a requerer a isenção de pagamento da taxa no valor de mil e trinta e sete euros e vinte e cinco cêntimos (1.037,25 €), referente ao licenciamento do Procº. 01/2012/254, de alterações de Oficina de Reparação de Automóvel.-----

-----Conforme o previsto na alínea b) do número 1 do artigo 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas a Câmara Municipal pode conceder a isenção de pagamento de taxas a “Às empresas que criem no mínimo 5 postos de trabalho.”-----

-----A informação dos serviços constante no processo considera que a petição reúne condições para ser apreciada em reunião de Câmara.-----

-----Porém com a entrada em vigor da Lei nº.73/2013 de 3 de setembro, a competência para a concessão de tais isenções ou reduções passou para a Assembleia Municipal, quando propostas pela Câmara Municipal, conforme o preceituado no nº.2 do artº. 16º. daquele diploma.-----

-----Assim , a Câmara deliberou por unanimidade solicitar à Assembleia Municipal a concessão da isenção de pagamento de taxa no valor de mil e trinta e sete euros e vinte e cinco cêntimos (1.037,25 €) a Rosa Maria Barbosa Gaspar de Oliveira e Outros, com sede na Rua da



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Gandarada, registado sob o n.º 449/2015, referente ao licenciamento do Proc.º 01/2012/254, de alterações de Oficina de Reparação de Automóveis.-----

**13.2.-ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS DO PROC.º N.º 01/2015/12 –
CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO E MURO DE VEDAÇÃO (alínea e), n.º.1, art.º.29º.
RMUET):-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o requerimento de Daniel Ventura Pais e Maria Inês Cordeiro de Sousa registado com o n.º. 0/2015/458, requerer, nos termos da alínea e) do n.º 3 do art.º 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, a isenção do pagamento de taxas de licenciamento no valor de dois mil cento e cinquenta e quatro euros e três cêntimos (2.154,03 €) e de TMU no valor de quinhentos e dois euros e noventa e quatro cêntimos (502,94€), referente ao processo n.º. 01/2015/32 Construção nova (habitação/muros de vedação), sita na Rua das Poças, no Freixo, União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça.-----

-----Conforme o previsto na alínea e) do número 1 do artigo 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, a Câmara Municipal pode conceder a isenção de pagamento de taxas *“Os jovens casais cuja soma de idades não exceda os 70 anos, ou individualmente, com idades compreendidas entre os 18 e os 35 anos e em ambos os casos, se destinem a habitação própria e permanente”*.-----

-----A informação dos serviços constante no processo considera que a petição reúne condições para ser apreciada em reunião de Câmara.-----

-----Porém com a entrada em vigor da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, a competência para a concessão de tais isenções ou reduções passou para a Assembleia Municipal, quando propostas pela Câmara Municipal, conforme o preceituado no n.º 2 do art.º 16º. daquele diploma.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade solicitar à Assembleia Municipal a concessão da isenção de pagamento a Daniel Ventura Pais da taxa de licenciamento no valor de valor de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

dois mil cento e cinquenta e quatro euros e três cêntimos (2.154,03 €) e de TMU no valor de quinhentos e dois euros e noventa e quatro cêntimos (502,94€), referente ao processo n.º 01/2015/32 Construção nova (habitação/anexos/muros de vedação), sita na Rua das Poças, no Freixo, União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça.-----

**13.3-ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS DO PROC.º N.º 01/2015/32 –
CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO E MUROS DE VEDAÇÃO (alínea e), n.º.1, art.º.29º.
RMUET):------**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o requerimento de Pedro Tiago Fernandes Cabral registado com o n.º. 0/2015/495 a requerer, nos termos da alínea e) do n.º 3 do art.º 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, a isenção do pagamento de taxas de licenciamento no valor de dois mil cento e treze euros e sessenta e seis cêntimos (2.113,66 €) e de TMU no valor de novecentos e noventa e três euros e oitenta e cinco cêntimos (993,85€), do processo n.º. 01/2015/32 Construção nova (habitação/muros de vedação), sita na Rua EN 228, Barril, União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça.-----

-----Conforme o previsto na alínea e) do número 1 do artigo 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, a Câmara Municipal pode conceder a isenção de pagamento de taxas *“Os jovens casais cuja soma de idades não exceda os 70 anos, ou individualmente, com idades compreendidas entre os 18 e os 35 anos e em ambos os casos, se destinem a habitação própria e permanente”*.-----

-----A informação dos serviços constante no processo considera que a petição reúne condições para ser apreciada em reunião de Câmara.-----

-----Porém com a entrada em vigor da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, a competência para a concessão de tais isenções ou reduções passou para a Assembleia Municipal, quando propostas pela Câmara Municipal, conforme o preceituado no n.º 2 do art.º 16º. daquele diploma.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A Câmara deliberou por unanimidade solicitar à Assembleia Municipal a concessão da isenção de pagamento a Pedro Tiago Fernandes Cabral no valor de dois mil cento e treze euros e sessenta e seis cêntimos (2.113,66 €) e de TMU no valor de novecentos e noventa e três euros e oitenta e cinco euros (993,85€), do processo nº. 01/2015/32 Construção nova (habitação/muros de vedação), sita na Rua EN 228, Barril, União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça.-----

13.4.-APRECIÇÃO DE PROCESSOS DE CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE/ AMPLIAÇÃO DE COMPARTES:-----

13.4.1.-Proc.º 10.2015.36, de Eugénia de Jesus Simões Pinto:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente requerimento registado com o nº. 2015.453, processo nº. 10.2015.36, em nome de Eugénia de Jesus Simões Pinto, que na qualidade de proprietário do prédio rústico inscrito na matriz da União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça com o artigo 16631 no local denominado “Lameira”, com a área de 9200 metros quadrados, requere a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de Agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de compra e venda a favor de Vidraria de Mortágua – Vidros e Espelhos, S.A..-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à pretensão.-----

13.4.2. -Procºs.10.2015.37, 10.2015.38, 10.2015.39:-----

-----Pelo Senhor Presidente foram presentes os processos:-----

-----a) Registado com o nº. 10.2015.37, em nome de Sidónio da Silva Sacras na qualidade de Cabeça de Casal da herança por óbito de Maria Alcina Sacras, proprietária do prédio rústico inscrito na matriz da Freguesia do Sobral, com o artigo 16412 no local denominado “Talho”, com a área de 0,11200 hectares, requere a emissão do parecer nos termos do número 1, do



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de Agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de partilha a favor de Sidónio da Silva Sacras e Fernando Manuel Silva Sacras.-----

-----b) Registado com o nº. 10.2015.38, em nome de Sidónio da Silva Sacras na qualidade de Cabeça de Casal da herança por óbito de Maria Alcina Sacras, proprietária do prédio rústico inscrito na matriz da Freguesia do Sobral, com o artigo 7525 no local denominado “Vinha”, com a área de 0,0690 hectares, requiere a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de Agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de partilha a favor de Sidónio da Silva Sacras, Carlos Alberto da Silva Sacras e Fernando Manuel Silva Sacras.-----

-----c) Registado com o nº. 10.2015.39, em nome de Sidónio da Silva Sacras na qualidade de Cabeça de Casal da herança por óbito de Maria Alcina Sacras, proprietária do prédio rústico inscrito na matriz da Freguesia do Sobral, com o artigo 7432 no local denominado “Vale Furto”, com a área de 0,4800 hectares, requiere a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de Agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de partilha a favor de ½ a Sidónio da Silva Sacras, Carlos Alberto da Silva Sacras e ½ a Fernando Manuel Silva Sacras.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à pretensão.-----

13.1.3.-Procºs. 10.2015.40 e 10.2015.40, de Manuel Fernandes Neves:-----

-----Pelo Senhor Presidente foram presentes os processos:-----

-----a) Registado com o nº. 10.2015.40, em nome de Manuel Fernandes Neves na qualidade de procurador de Abílio José Fernandes Neves Cabeça de Casal da herança por óbito de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Fausto Neves, proprietário do prédio rústico inscrito na matriz da Freguesia da Marmeleira, com o artigo 2906 no local denominado “Ribeira ”, com a área de 0,390000 hectares, requiere a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de Agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de partilha a favor de Manuel Alberto Fernandes Neves e Abílio José Fernandes Neves.-----

-----b) Registado com o nº. 10.2015.40, em nome de Manuel Fernandes Neves, na qualidade de procurador de Abílio José Fernandes Neves Cabeça de Casal da herança por óbito de Fausto Neves, proprietário de $\frac{1}{2}$ do prédio rústico inscrito na matriz da Freguesia da Marmeleira com o artigo 4407, no local denominado “AVIM ”, com a área total de 25.340 metros quadrados e a área registada a favor do requerente de 12.670 metros quadrados, requiere a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de Agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de partilha a favor de $\frac{1}{4}$ da área total ou seja 6.335 metros quadrados a Manuel Alberto Fernandes Neves e $\frac{1}{4}$ da área total ou seja 6.335 metros quadrados Abílio José Fernandes Neves.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à pretensão.-----

14.1.5.-Procºs. 10.2015/16, Reqº. 48/2015:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o requerimento Registado com o nº. 03/08/2015, em nome de Maria Cristina Gomes residente em Rua Principal, nº. 9, Pego Longo, a requerer na qualidade de Cabeça de Casal da herança de Adelino Gomes, proprietário do prédio rústico inscrito na matriz da Freguesia de Sobral com o artigo 1892 no local denominado “Cavada”, sito em Sobral, Freguesia de Sobral com a área de 0,420 hectares, que seja reapreciado o processo nº. 10/2015/16 de emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º. da



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de partilha apreciado na reunião de Câmara de 17/03/2015 uma vez que que por lapso mencionou que a partilha era a favor de Maria Cristina Gomes, Amadeu Gomes e Natália Marques Gomes quando deveria ser de Maria Cristina Gomes, Amadeu Gomes e Adérito Gomes.-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à reapreciação do processo nº. 10.2015/16 de constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de partilha.--

14.1.6.-Procºs. 10.2015/17, Reqº. 49/2015:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o requerimento Registado com o nº. 49/2015, em nome de José Marques da Silva, residente na Rua José Amaro Peçanha, 355, São Paulo, Brasil, com o Cartão de Cidadão nº.14240115, na qualidade de proprietário do prédio rústico inscrito na matriz da Freguesia de Sobral com o artigo 406 no local denominado “Chão da Vila”, sito em Sobral com a área de total de 18.000 m2, a requerer a reapreciação do processo nº. 10/2015/17 de emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de Agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de doação a favor de António Marques da Silva e Fernanda dos Anjos Marques e uma vez que por lapso não mencionou que pretendia doar somente metade da área do prédio, 9.000 metros quadrados, a favor dos citados comproprietários ou seja 4.500 metros quadrados a cada um .-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à reapreciação do processo nº. 10.2015/17 de constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de partilha.--



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

13.5. EDIFICAÇÕES EM RUINAS – Procº. Nº. 08/2012/03 sito na Rua Do Chão do Pedro, Felgueira, Sobral:-----

13.2.1.-Procº. Nº.08/2012/03, em Rua Chão do Pedro, Felgueira, Freguesia do Sobral:----

-----No seguimento da deliberação tomada na reunião de Câmara de 1/10/2014, referente ao prédio em mau estado de conservação sito na Rua do Chão do Pedro, na Felgueira, Freguesia do Sobral, de propriedade de Esmeraldo dos Reis, residente na Rua Principal, nº.21, Felgueira, freguesia do Sobral, e de Emílio Ramos Alves, com residência em Évora, foi presente novamente o processo acompanhado da informação do serviços dando conhecimento que de acordo com parecer do assessor jurídico do Município, em 2 de julho de 2015, fls 53 e 54, o mesmo ainda não está terminado uma vez que o comproprietário Emílio Ramos Alves apenas foi notificado do projeto de decisão através de edital, tendo decorrido o prazo sem que tenha sido rececionada qualquer resposta nos serviços, havendo agora que converter o projeto de decisão tomado na reunião de Câmara de 2/05/2012 em decisão definitiva e notifica-la ao proprietários.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade converter o projeto de decisão tomado na reunião de Câmara de 02/05/2012, em decisão definitiva do presente processo nos termos e com os fundamentos ali indicados, devendo proceder-se à respetiva notificação ao proprietário.-----

-----E, nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião pelas dezoito horas e quarenta minutos .-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim

Rosa Maria Ferreira Breda

Secretário do Órgão

e pelo Senhor Presidente.-----